

Volta ao passado

O Brasil não é apenas o país que joga fora boas oportunidades e belas idéias — o Plano Cruzado, por exemplo —, mas também o que, vez por outra, num verdadeiro ciclo vicioso, repete ou tenta repetir erros e absurdos passados.

Assim, às vezes é possível pegar-se um jornal do dia e sair convencido de que leu alguma coisa de anos passados, pois até uma tentativa de ressuscitar o incrível "O povo e o Presidente" ressurgiu de repente, com o presidente Sarney, a exemplo do que fez o general Figueiredo, comparecendo semanalmente à televisão para responder a perguntas antepadamente escolhidas.

O mais incrível, no entanto — e o fato parece ter passado em brancas nuvens até pela imprensa — é que o programa de agora seria produzido por um deputado constituinte, como se não houvesse impedimentos de ordem ética de um parlamentar exercer funções dessa natureza. O programa, pelo menos o primeiro da série, foi suspenso a tempo mas logo depois uma outra ameaça, ainda mais grave, surgiu: começou no Congresso, insuflado ainda não se sabe por quem, mais uma tentativa de prorrogação de mandatos, desta vez beneficiando prefeitos e vereadores.

Renasceu então um fantasma que deveria estar sepultado, pois o regime democrático não convive com prorrogações de mandatos (aliás, tudo isso que aconteceu começou com a prorrogação do mandato do general Castelo Branco) e não vive sem eleições.

E não é só: se há eleições que por sua natureza eminentemente local e de pouca representatividade ideológica, precisam ser realizadas isoladamente são, justamente, as municipais. E até por isso mesmo, reconhecendo este fato, é que os vereadores e prefeitos tiveram seus mandatos esticados para seis anos, para evitar a manobra casuística de 82, que acabou gerando aquela incrível vinculação geral dos votos.

Outra volta ao passado é a tentativa de criar outra vez o parlamentarismo, que desta vez vem cheio de adaptações, as mais estranhas possíveis, como a de impedir o voto de desconfiança aos ministros militares e de acabar com a dissolução do parlamento para a convocação de novas eleições. Na época do ato-5, uma frase do jurista Sobral Pinto ficou famosa quando, em resposta a um coronel, ironizou a "democracia à brasileira". Para o advogado, democracia não pode ser qualificada, pois apenas é ou não é. Então, dizia Sobral, existe o "peru à brasileira" e não a "democracia à brasileira".

Pois agora alguns constituintes resolveram criar o parlamentarismo à brasileira, que pode nascer sem nenhuma das principais condições básicas para o sucesso do regime de gabinete: a existência de partidos políticos verdadeiros e uma administração pública organizada, funcionando com um quadro de pessoal estável e de carreira.

Como, num país fisiológico como o nosso — aliás, a corrida dos políticos por cargos públicos é outro sinal evidente da volta ao passado — pode ser possível imaginar o parlamentarismo? Como funcionaria o regime num país que a troca de um ministro significa mudanças radicais em toda a estrutura burocrática do Ministério? O que esperar do parlamentarismo num regime que a troca de governo representa até a troca dos contínuos dos gabinetes?

E é por isso que essa lamentável máquina do tempo que está instalada em Brasília está deixando no povo a certeza de que muita coisa está errada. Afinal, estamos recolhendo do passado apenas o que houve de pior nele. (Agência Estado).